

**FACULDADE UNIDA DE CAMPINAS - FACUNICAMPS
CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANDRIELLY JUBÉ RODRIGUES
BRUNA BARROS BATISTA
DENIFER LORENA SOUSA BARCELO**

**A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO AGRONEGÓCIO
NO OESTE BAIANO**

GOIÂNIA - GOIÁS

2019/2

**ANDRIELLY JUBÉ RODRIGUES
BRUNA BARROS BATISTA
DENIFER LORENA SOUSA BARCELO**

**A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO AGRONEGÓCIO
NO OESTE BAIANO**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito para nota da
disciplina de TCC, necessária para a
graduação do curso de Ciências Contábeis
da Faculdade Unida de Campinas –
FacUnicamps.

Orientação da Profa. Mestra Elizabeth
Vieira Porto.

GOIÂNIA - GOIÁS

2019/2

A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO AGRONEGÓCIO NO OESTE BAIANO

THE ECONOMIC IMPORTANCE OF AGRIBUSINESS IN WEST BAY

ANDRIELLY JUBÉ RODRIGUES¹, BRUNA BARROS BATISTA²,
DENIFER LORENA SOUSA BARCELO³, ELIZABETH VIEIRA PORTO⁴

RESUMO

Neste artigo discute-se a importância econômica do agronegócio no oeste baiano em detrimento a economia brasileira, a partir de pesquisas realizadas sobre o tema, a relevância do agronegócio e seu crescimento no Estado da Bahia, mais precisamente no Extremo Oeste do Estado, seus aspectos econômicos, o favorecimento de tamanho progresso. Ressaltando a posição nacional, mediante sua participação na economia, resultante deste processo. Visando apresentar um tema que quando discutido, cria um estereótipo de pouco aproveitamento econômico com pouca probabilidade de desenvolvimento. Com um contexto comparativo entre o desenvolvimento nacional e o da região nordeste, especificamente a Bahia. Conclui-se apontando, os índices de participação e de desenvolvimento que favorece o processo econômico da região e do país, resultante de investimentos em atividades econômicas relacionadas ao agronegócio.

Palavras-chaves: Extremo oeste. Bahia. Agronegócio. Desenvolvimento.

ABSTRACT:

This article discusses the economic importance of agribusiness in western Bahia to the detriment of the Brazilian economy, based on research on the subject, the relevance of agribusiness and its growth in the State of Bahia, more precisely in the Far West of the State, its aspects economic conditions, favoring such progress. Highlighting the national position, through its participation in the economy, resulting from this process. In order to present a theme that, when discussed, creates a stereotype of little economic use with little probability of development. With a comparative context between national development and that of the northeast region, specifically Bahia. It concludes by pointing out the participation and development indices that favor the economic process of the region and the country, resulting from investments in economic activities related to agribusiness.

Keyword: Far West. Bahia. Agribusiness. Development.

¹ Andrielly Jubé Rodrigues – Ciências Contábeis – andriellyjubet26@gmail.com.

² Bruna Barros Batista – Ciências Contábeis – brunabatcont@gmail.com.

³ Denifer Lorena Sousa Barcelo – Ciências Contábeis – deniferlorena@gmail.com.

⁴ Mestre Elizabeth Vieira Porto – Ciências Contábeis – evporto@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A Bahia tem sua história de descobrimento juntamente com a do Brasil, em 1500, pois é uma região que já era habitada por povos nativos. Foi nomeada Capitania Real anos depois de seu descobrimento e sua participação foi importante nas lutas para a Independência do Brasil. Ao longo da história se desenvolveu em várias áreas, desde a apresentação do primeiro sistema de água encanada e exploração do petróleo até a produção de grãos, proporcionando avanço econômico regional através do agronegócio, que se mantém em constante crescimento.

O agronegócio inicialmente era identificado como *agribusiness*, termo utilizado em meados da década de 1950, mais precisamente no ano de 1957, quando economistas da Universidade de Harvard voltaram seus estudos para a cadeia produtiva de grãos, analisando seu impacto no desenvolvimento social e econômico (ARAÚJO, 2007).

O estado da Bahia tem grande relevância para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro, foi o primeiro a conduzir os primeiros estudos sobre o tema no meio acadêmico, fato este ocorrido no ano de 1997, na UNYAHNA, e logo depois, em 1999, na Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) (ARAÚJO, 2007).

O presente artigo tem o objetivo geral de apresentar e explicar os principais eventos que influenciaram o estado da Bahia no caminho do desenvolvimento do agronegócio, evidenciando, mais precisamente, o Oeste baiano. O crescimento do agronegócio na região trouxe mais visibilidade para o território, onde o turismo predominava, agregando maior relevância para o Estado como um todo.

O estado da Bahia tem sua extensão geográfica dividida em 417 municípios, destes, 24 compõem o Oeste baiano – região que integra o bioma cerrado e compõe o território da mesorregião do extremo Oeste. O Oeste baiano, por sua vez, está subdividido em três microrregiões: a microrregião de Barreira, microrregião de Cotegipe e microrregião de Santa Maria da Vitória (IBGE, 2017).

A região se destaca na cadeia agropecuária e desde os anos de 1980 vem revolucionando, transformando esta atividade rural. Esta mesorregião favorece o desenvolvimento econômico do Estado, por ser dinâmica e concentrar um dos principais polos de produção de grãos do Brasil (CARVALHO, 2012).

Com o potencial econômico e de desenvolvimento do extremo Oeste baiano a seu favor, o estado da Bahia passou a integrar a região MATOPIBA, sendo considerada uma grande fronteira agrícola nacional dos tempos atuais. A MATOPIBA é formada pela extensão

geográfica dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Território que foi delimitado pelo Grupo de Inteligência de Estratégia (GITE) da Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (EMBRAPA). A oficialização da delimitação da região veio através da assinatura de decreto pela ex-presidente Dilma Rousseff.

As pesquisas realizadas para este trabalho visam especificamente adentrar no desenvolvimento do Oeste baiano no agronegócio, sua composição no percorrer deste trajeto, expondo o grupo em que está integrado e os pontos favoráveis que alavancam parte da economia brasileira. Especificando também seus índices de participação no caminho do desenvolvimento econômico de uma cultura voltada para agronegócio.

Este artigo justifica-se por trazer à tona uma visão mais aprofundada sobre a real situação da região Nordeste do País, considerada, de forma empírica, como uma terra seca, sem produtividade e com pouco a oferecer para além da atividade turística. A revisão bibliográfica realizada para este trabalho proporciona uma desconstrução desta ideia, enfatizando que a temática do artigo apresenta uma região muito produtiva economicamente, através da agricultura, da pecuária e até mesmo do turismo.

A partir deste novo conhecimento sobre a região, identificou-se a necessidade de apresentar um tema ressaltando a importância do desenvolvimento do agronegócio no Oeste baiano. Além da introdução, onde se traz uma apresentação do objeto de estudo e sua relevância, o presente trabalho está dividido em cinco seções.

Na segunda seção apresenta-se o referencial teórico, no qual se aborda o contexto do surgimento do estado da Bahia, faz-se a apresentação do Oeste Baiano, das normativas que regem o agronegócio, falando de sua trajetória, dos aspectos e características sociais e econômicas. E também sobre as primeiras discussões das entidades baianas, sua extensão geográfica em conjunto com outros estados e sua importância para o agronegócio dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Na terceira seção tem-se os aspectos metodológicos e a respectiva coleta de dados, com os principais eventos que influenciaram o estado da Bahia. Na quarta seção estão os resultados, a discussão e os objetivos alcançados, validando a contribuição do agronegócio no estado da Bahia para o que se tem hoje, com dados levantados no período de 2011 a 2016, com perspectiva de 2017 a 2019. Na quinta seção está à conclusão, o desfecho do trabalho, onde se buscou observar o objeto deste estudo – que é explicar os principais eventos que influenciaram o desenvolvimento do estado da Bahia no que se refere ao agronegócio, especificamente no Oeste da Bahia, que trouxe para a região benefícios econômicos e sociais, alavancando as produções agrícolas e agropecuárias.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Surgimento da Bahia

A história da Bahia começa junto com a do Brasil no ano de 1500. Em 22 de abril as caravelas de Pedro Alves Cabral aportaram no litoral baiano, dando início aos primeiros povoados. Chamada de Baía de Todos os Santos pelos índios Kirymurê, que já povoavam o Brasil, a terra foi posteriormente denominada Bahia. Em 1548 a Bahia foi transformada em capitania real, com papel fundamental nas lutas pela Independência do Brasil, começando meses antes e terminando meses depois do confronto de 7 de setembro (TAVARES, 2009).

Ao longo da história, a Bahia teve destaque pela engenharia pioneira em várias áreas, como no século 19, com a criação do primeiro sistema de água encanada. Destacou-se também com a exploração do refino de petróleo no Recôncavo, a inauguração da hidrelétrica de Paulo Afonso e a represa de Sobradinho, sendo um dos primeiros e maiores núcleos de riqueza açucareira do Brasil. Hoje é o sexto Estado mais rico do País, segundo dados de uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2016, ficando atrás somente de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. O Estado teve um grande desenvolvimento no setor de produção de grãos, que foram favorecidas pelo clima e pelo solo concentrado no bioma cerrado, que se localiza na região do extremo Oeste baiano (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016).

2.1.1 Oeste da Bahia

O Oeste baiano compõe todo o território da mesorregião do extremo Oeste e parte dos municípios da mesorregião do Vale do São Francisco, conforme divisão do IBGE. O estado da Bahia é composto por 417 municípios, destes, 24 formam o Oeste baiano, região que, por sua vez é subdividida em três microrregiões, sendo elas a microrregião de Barreira, a microrregião de Cotegipe e a microrregião de Santa Maria da Vitória.

O Oeste da Bahia é composto por duas características em se tratando de bioma: vale e cerrado, que diferem uma da outra. O vale tem como predominância a pecuária e a agricultura de subsistência, como mandioca, arroz e feijão; já o cerrado tem foco no desenvolvimento empresarial, com intensivo cultivo de grandes lavouras de soja, algodão, milho e café (SOBRE..., [2014]).

Em se tratando do desenvolvimento território baiano, destaca-se que boa parte da produção é oriunda do Oeste, uma região típica do cerrado com força no cultivo de grãos. Desde meados da década de 1980 o Oeste da Bahia vem revolucionando e transformando o agronegócio. Esta macrorregião vem sendo, desde então, um importante desenvolvedor econômico do Estado, por ser economicamente dinâmico, concentrando um dos principais polos de produção de grãos do Brasil, que envolve a agroindústria (PEDRÃO, 2004).

Em meados de 1824 o Oeste da Bahia ficou sob domínio do estado de Pernambuco, após este período, em 1827, a região passou a ser gerida pelo próprio Estado baiano e teve-se, como consequência, o destaque nas atividades relacionadas ao agronegócio. Com esta nova distribuição demográfica o estado da Bahia passou a ocupar uma área de 564.733,177 km², desta área o Oeste baiano ocupa 116.786,918 km², que corresponde a 20,68% (IBGE, 2019a).

Diante das características demográficas e sociais que formam o estado baiano, e as atividades econômicas ligadas à agropecuária, indústria, mineração, turismo e serviços, sua predominância econômica é diversificada, sendo responsável por 36% do Produto Interno Bruto (PIB) da região Nordeste (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019a).

Nos anos de 1980 teve início a migração de populações para a região do Oeste da Bahia, sendo que grande parte do território foi ocupado por correntes migratórias vindas da região sul do País. A migração foi favorecida pelo baixo preço das terras e pela possibilidade de benefícios concedidos por instituições públicas e privadas em busca de uma política de desenvolvimento da agroindústria, ampliando as fronteiras agrícolas em todo o território brasileiro (CARVALHO, 2012).

Seguindo os mesmos padrões de desenvolvimento do território brasileiro, a Bahia sofreu grandes mudanças na agropecuária e na agricultura, mudanças estruturais que contribuíram para o avanço da tecnologia. O que, conseqüentemente, gerou novas demandas internas e externas de matérias primas e suplementos agrícolas. Tendo uma consolidação entre a cultura de grãos e a agroindústria, desenvolvendo, paralelamente, seus segmentos com os que até então eram vigentes, o familiar. (CARVALHO, 2012)

Mesmo com um grande avanço, em muitas áreas de grande ainda persiste o atraso econômico, sendo a manutenção das populações nesses espaços um desafio às políticas estaduais de desenvolvimento (PEDRÃO, 2004).

2.2 Agronegócio

O que hoje é conhecido como agronegócio inicialmente foi denominado como *agribusiness*, temática para qual o despertar surgiu na década de 1950, precisamente no ano de 1957, quando economistas da Universidade de Harvard decidiram estudar a cadeia produtiva de grãos tal como o seu impacto no desenvolvimento social e econômico. Neste sentido, o estudo tinha o objetivo de identificar e definir todas as operações incluídas na manufatura, produção e operações de insumos rurais, bem como o processamento e armazenamento das atividades ligadas à cadeia produtiva agrícola e pecuária, indo até o processamento e a comercialização de seus produtos.

No ano de 1962 o agronegócio deu uma guinada por conta da importação de gado da raça Nelore para o Brasil (ARAÚJO, 2007). Para o cenário brasileiro a área rural era apenas um setor responsável pela agropecuária, setor isolado de uma cadeia produtiva, conforme Padilha Júnior e Mendes (2007). Nesse mesmo período as indústrias começaram a adotar novas práticas para gerir o agronegócio.

Com a necessidade de um órgão que regulasse essas atividades e ajudassem na sua expansão, em 1973 foi criada a Embrapa, que tem como meta o desenvolvimento de tecnologias e informações técnicas voltadas para a agricultura e a pecuária brasileira (BUAINAIN *et al.*, 2014). Com o avanço tecnológico e as mudanças no meio rural houve a necessidade de uma estratégia mais avançada e um processo mais rápido para atender a demanda das grandes cidades e, assim, desenvolver os segmentos que abrangem o agronegócio, levando informação e tornando o processo de produção mais adequado para cada produto.

Na visão macro de Batalha (2005) seus componentes são compreendidos e usados como tomadores de decisão, com a ampla necessidade para elaboração de políticas e a projeção de objetivos com eficiência. Para isso, é de suma importância o entendimento do agronegócio e os setores que o compõem, assim uma análise do sucesso econômico e a distribuição de valores podem ser mensurados entre os variados segmentos, e são dimensionados os processos bem como sua aplicabilidade.

Para um melhor entendimento da cadeia produtiva, é essencial a compreensão dos sistemas que envolvem o agronegócio e seus setores: antes da porteira, dentro da porteira e após da porteira. A montante (antes da porteira) é composta por fornecedores de insumos, defensivos agrícolas, fertilizantes, sementes, maquinários e tudo que é preciso e necessário para a primeira etapa da produção. Dentro da porteira é a produção agropecuária, que consiste

no envolvimento direto no preparo do solo, tratos culturais, nas colheitas e o manejo dos animais. Após a porteira é todo o cenário que se refere ao armazenamento, industrialização, distribuição e até o consumo dos produtos que são produzidos pelas fazendas (ARAÚJO, 2007).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), dentre sua filosofia de gestão e maximização da atividade agropecuária, atua como um apoio e estímulo para o desenvolvimento e aprimoramento do agronegócio. Auxilia o pequeno, médio ou grande produtor desde o fornecimento de bens e serviços para a agricultura e a agropecuária até a chegada do produto transformado nas mãos do consumidor final (MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, MAPA).

2.2.1 Normativas que regem o agronegócio

Em um discurso sobre agronegócio deve-se destacar o domínio da agricultura, devido a sua característica compor uma das maiores práticas econômicas do país. A partir dela pode-se garantir a subsistência alimentar para seres humanos e animais, e também fornecer matéria prima que, após a transformação, viram produtos secundários que movimentam diversos outros campos da economia.

Tal como todas as outras áreas do conhecimento, a contabilidade também se adequa para atender ao meio rural no que se refere à geração de informações. Neste sentido, foram criadas as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs), visando uma uniformização das normas contábeis brasileiras, fazendo com que elas obedçam a padrões, preceitos e condutas, seguindo a mesma linha das normas contábeis internacionais. E em algumas dessas normas são aplicáveis ao ramo do agronegócio.

A NBC TG 29 (R2), que trata de ativo biológico e produto agrícola, foi emitida após a aprovação de Lei n. 11.638/07, responsável por algumas atualizações e alterações na lei das Sociedades por Ações, ou seja, a Lei de n. 6.404/76, e essas alterações foram feitas para que as normas brasileiras e internacionais de contabilidade fossem harmonizadas. A partir daí o Brasil adotou uma contabilidade com os mesmos critérios que a maioria dos países do mundo (BRASIL, 1976, 2007; CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2015).

O documento de revisão NBC foi criado a partir da resolução CFC n° 1.548/2018, diante disso as normas de contabilidade passaram a obedecer a um novo padrão. Seguindo uma linha entre as formas de normatizar e contabilizar tudo aquilo que é necessário para

produção agrícola até a sua estocagem, deve-se percorrer um longo caminho, o qual passa inicialmente pelos pronunciamentos técnicos contábeis CPC 16, onde são mensurados os estoques; segue pelo CPC 27, que trata dos ativos imobilizados; indo até o CPC 29, que trata de ativos biológicos e produto agrícola, podendo, após a colheita, retornar ao estoque até que seja comercializado.

No que se refere aos estoques, sua mensuração deve ocorrer “[...] pelo valor do custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor” (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009a) para construção do valor de custo dos estoques deverá constar os custos de aquisição, de transformação assim como todos os outros custos incorridos. Ainda nesse pronunciamento, citando como referência o CPC 29, este esclarece que os produtos agrícolas advindos de seus ativos biológicos deverão ser mensurados pelo valor justo em seu reconhecimento inicial, onde deverão ser deduzidos os gastos todos os gastos estimados no ponto de venda (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009b).

Nessa trajetória, segue-se com o CPC 27, que trata de ativos imobilizados, trazendo para o agronegócio, onde animais como touros podem ser considerados como ativo imobilizado e sua amortização se dará de acordo com sua vida útil, espera-se que o animal alcance uma meta produtiva. Seu custo pode ser reconhecido a partir do momento que for provável a existência de benefícios econômicos futuros (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2013).

Os ativos biológicos tratados pelo CPC 29 são animais ou plantas vivas que são caracterizados por seu crescimento, degeneração ou procriação. De acordo com este pronunciamento,

A entidade deve reconhecer um ativo biológico ou produto agrícola quando, e somente quando: (a) controla o ativo como resultado de eventos passados; (b) for provável que benefícios econômicos futuros associados com o ativo fluirão para a entidade; e (c) o valor justo ou o custo do ativo puder ser mensurado confiavelmente. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009b)

Com isso, pode-se entender o conceito e as formas de reconhecimento dos ativos biológicos, que estão descritos no CPC29, assim como, uma linha desde os insumos para produção agrícola ou pecuária até o produto final, pronto para venda ou estocagem.

2.2.2 O agronegócio e a participação das entidades baianas

Observa-se que o estado da Bahia tem grande relevância no desenvolvimento do agronegócio brasileiro, analisando todo o processo para o seu desenvolvimento, que se inicia com os estudos ocorridos no Estado. A partir do ano de 1990, quando iniciou o processo de identificação do termo *agribusiness*, traduzido como agronegócio, na Bahia se tem as primeiras discussões, onde observa-se

[...] o setor não mais como *agricultura* surgiram em nível da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri), nos anos de 1988/89, cuja a missão desde a sua origem está em [...] promover, coordenar, orientar, estimular e regular as atividades agropecuária, compreendendo a produção animal e produção vegetal, com publicações de artigos em jornais locais e algumas discussões. (ARAÚJO, 2007, p. 17)

Ou seja, para-se de discutir a importância não apenas na agricultura e inicia-se o estudo de todos os agentes envolvidos, tais como o cultivo de grãos, criação de animais, produção e a transformação desses agentes (BAHIA, c2019). Essas discussões, iniciadas por Massilon J. Araújo e pelo economista Gilton Alves Aragão, estavam voltadas principalmente para a promoção do agronegócio no estado da Bahia, visando dar continuidade ao processo de expansão na região, fazendo com que a agricultura fosse fomentada e continuasse sendo fonte de renda, sempre na busca do crescimento do setor.

Na década de 1990 as discussões técnicas sobre o tema se aprofundaram e entraram em cena outras instituições, ressaltando, no início, os trabalhos e as propostas da Gerência de Agroindústria da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo (SICT), sob a direção do autor deste livro e contribuições de outros técnicos, principalmente o engenheiro agrônomo Paulo José Simões de Amorim. (ARAÚJO, 2007, p. 17).

O Estado se destaca no agronegócio também no desenvolvimento técnico-científico, duas instituições do ensino superior tiveram uma primeira proposta de levar o agronegócio para o meio acadêmico: a UNYAHNA, que implementou o primeiro curso de Administração com habilitação em Agronegócio no ano de 1997; e a Faculdade de Tecnologia e Ciências, que criou um instituto afim de promover estudos mais avançados no ramo do agronegócio (ARAÚJO, 2017).

O agronegócio e seu estudo para o recôncavo baiano ainda é um grande ponto em desenvolvimento, no intuito de contribuir para o cenário econômico estadual e nacional. O

cerrado e as terras férteis da Bahia estão entre os principais polos de produção agrícola do Nordeste, e o modelo adotado de crescimento sempre tem base em estudos tecnológicos avançados e sustentáveis.

2.3 Desenvolvimento do Agronegócio no Oeste da Bahia

Com a grande capacidade de atividades ligadas ao agronegócio e seus processos produtivos, o Oeste da Bahia se tornou referência em crescimento agrícola. O uso de novas tecnologias para a correção do solo baiano, bem como suas características geográficas e políticas públicas fazem com que a região se destaque como uma das mais produtivas do Brasil, tornando-a um polo de grãos do Nordeste. Tendo como principal lavoura a soja, outras culturas, como algodão, sorgo, milho, café e pecuária complementam a economia (SOBRE..., [2014]).

O clima tropical continental do Oeste da Bahia – caracterizado por dois períodos bem distintos, um clima bastante chuvoso e outro seco, junto com estudos do solo, ajudam no desenvolvimento do plantio de grãos. Existem políticas de preservação do solo de acordo com o Código Florestal Brasileiro, que respeitam a vegetação nativa, bem como rios e nascentes. Apenas 17% do solo da região são destinadas ao cultivo de grãos, principalmente da soja, garantindo uma constante manutenção da biodiversidade (SOBRE..., [2014]).

Impulsionado pelo cultivo de algodão, sorgo, milho e soja, o Oeste da Bahia está em constante crescimento elevando a economia, ultrapassando estados já consolidados com a grande exportação dos seus grãos. Com esse alto nível de crescimento, o Estado vem ganhando, cada vez mais, notoriedade, à medida que os estudos sobre os solos e os investimentos aportados pelo governo começam a entregar resultados significativos. Além disso, o número de exportações está em constante expansão, podendo comparar o seu desenvolvimento com áreas que têm mais condições climáticas favoráveis ao cultivo de grãos – como o estado do Mato Grosso, atualmente o principal produtor de soja do País, que já tem uma maturação e consolidação da sua economia na área de grãos.

Pelas características do semiárido do Oeste da Bahia, com baixa distribuição de água, o segredo está no processo de cuidar do solo e da água da chuva, que é armazenada no lençol freático e reaparece na base da terra cultivada, fazendo a renovação hídrica. Por conta desse processo, o Oeste baiano se transformou no maior produtor de grãos do estado da Bahia. O grau de especialização da região fez com que o cultivo destes representasse no ano de 2013,

94% de todo o valor agrícola processado no cerrado baiano, segundo o IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016). Sendo que, nesse mesmo período, a riqueza produzida na região correspondia a 7% do PIB da Bahia. O que torna evidente o tamanho e sua contribuição para a produção regional (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016).

Nesta região, apenas dois *commodities* – algodão herbáceo e soja – respondem por quase 80% do valor de produção dos grãos. Dentre os principais municípios produtores de soja estão São Desidério e Formosa do Rio Preto, que são detentores de 53% do total de produção. No ano de 2018 São Desidério gerou de acordo o IBGE, em termos de valor de produção, 3,6 bilhões de reais, um aumento de 54,4% em comparação ao ano de 2017 (GANDRA, 2019).

2.3.1 MATOPIBA

MATOPIBA, também conhecida como MAPITOBA, é um acrônimo formado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Denomina uma extensão geográfica que recobre parcialmente os territórios dos quatro estados. Em seu surgimento era constituído, inicialmente, por Maranhão, Tocantins e Piauí e ficou conhecida por região do MAPITO. Logo depois passou a englobar o Oeste da Bahia, tornando-se, assim, a atual região Matopiba.

Durante algum tempo a região foi considerada sem tradição, prevalecendo hoje à agricultura, com atenção voltada para a produtividade que vem crescente ao longo dos anos. O território é favorável ao cultivo das principais culturas de grãos e fibras, possibilitando o crescimento da região, que durante a década de 1980 se baseava na pecuária.

De acordo o estudo feito pelo Grupo de Inteligência de Estratégia (GITE), da Embrapa, o grande potencial econômico e elevado desenvolvimento dos quatro territórios levaram à oficialização da delimitação da região, que foi efetivada pela assinatura do decreto, em 2015⁵, pela ex-presidente Dilma Rousseff. E também ao lançamento da Agência de Desenvolvimento Regional do Matopiba pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) nos quatro estados que fazem parte da região (EMBRAPA, [2015]).

⁵ Conforme notícia do site da Embrapa, publicada em 13 maio. 2015, disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/3139994/agencia-do-matopiba-foi-lancada-no-primeiro-dos-quatro-estados>. Acesso em: 22 nov. 2019.

Esta região se destaca na produção de grãos, com concentração na produção de soja, mas as culturas de arroz e algodão têm um papel fundamental na sua economia e seu desenvolvimento. Segundo os pesquisadores da Embrapa, grande parte deste impulso na produtividade de grãos é devido às tecnologias utilizadas. A região ainda enfrenta grandes desafios na conservação do solo e na implantação de sistemas integrados de produção (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA E AGROPECUÁRIA, [2015]).

A participação de cada estado na construção do Matopiba corresponde aproximadamente a: 33% no Maranhão, 38% no Tocantins, 11% no Piauí e 18% na Bahia (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [2010]).

3 METODOLOGIA

A metodologia durante o processo científico possui fundamental importância, pois é através dela o caminho da pesquisa será percorrido de forma ordenada a atender as necessidades científicas. Ou seja, é a metodologia com seus métodos que proporciona, ao investigador, os meios técnicos para alcançar seu objetivo, tendo como ideia central orientar ações para realização de pesquisa social e econômica, ainda mais no que se refere à obtenção, processamento e validação de dados (GIL, 2008).

Para o presente trabalho iniciou-se utilizando dos procedimentos bibliográfico e documental, no qual se obteve aporte quanto aos aspectos conceituais e reflexivos que foram construídos a partir de análise de fontes que tratam do mesmo tema de maneira distinta e da análise de normas e pronunciamentos contábeis, como a NBC TG 29 (R2), o CPC 16, o CPC 27 e o CPC 29. A pesquisa foi de finalidade básica estratégica.

O objetivo do trabalho foi o de apresentar e explicar os principais eventos que influenciaram o estado da Bahia no caminho do desenvolvimento do agronegócio, evidenciando mais precisamente o Oeste baiano, região onde há um grande crescimento econômico, trazendo uma visibilidade para o território, onde antes o turismo predominava, e agregando maior relevância para o Estado como um todo.

Para analisar a influência da Bahia, em particular da região Oeste do Estado, utilizou-se, em especial, da revisão bibliográfica, com o levantamento da pesquisa relacionada nesta região, ou seja, em área determinada, fazendo com que se tenha conhecimento das teorias produzidas e informações de modo analítico, medindo sua contribuição para esclarecer seu objeto de investigação, conforme aponta Malheiros (2010).

Ainda como objetivo da pesquisa, o trabalho transcorreu de forma descritiva, que pode ser observado no referencial teórico, onde buscou-se uma forma de esmiuçar o tema em questão de modo que fosse possível fazer um estudo mais completo e preciso. Um estudo feito dessa forma facilita na construção de novas ideias e estabelece uma visão distinta daquilo que já foi proposto.

Durante toda a elaboração deste artigo foram utilizadas fontes secundárias, os dados e informações foram coletados de livros, artigos e revistas. Após pesquisa, análise e comparação de dados foram possíveis elaborar um material que se sustenta com base nos conceitos e teorias relacionados ao tema proposto. Materiais disponíveis em site como o do IBGE. A abordagem para elaboração do artigo foi a qualitativa.

Lakatos e Marconi (2007) tratam de pesquisa qualitativa dessa forma:

Na pesquisa qualitativa, primeiramente faz-se a coleta de dados a fim de poder elaborar a teoria de base, ou seja, o conjunto de conceitos, princípios e significados. O esquema conceitual pode ser uma teoria elaborada, com um ou mais constructos. Desse modo, faz-se necessário correlacionar a pesquisa com o universo teórico.

O método utilizado foi o hipotético dedutivo e foi trabalhada a hipótese de que o Nordeste do país não é uma região produtiva, visto que seu clima é tropical, com grandes períodos de seca. E, em resposta a isso, observou-se que o estado da Bahia, precisamente o Oeste baiano, está se destacando no agronegócio brasileiro e evidenciando que foi no Estado baiano que tiveram início os primeiros estudos técnico-científicos sobre o agronegócio, nos anos de 1997 e 1999.

Em relação à temática do artigo vale frisar que o Nordeste, no geral, é uma terra muito produtiva economicamente falando, seja através da agricultura, pecuária ou turismo, e isso fez com que a Bahia, mais precisamente o Oeste baiano, venha demonstrando um constante crescimento econômico. A partir disso foi escolhida como temática a importância econômica do agronegócio no Oeste baiano. Pode-se destacar também o tempo para a elaboração do artigo, que foi de 110 dias, a divisão do trabalho foi de maneira justa, sendo que houve um empenho em conjunto na construção de cada tópico, bem como o auxílio eminente da orientadora, com encontros semanais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Há uma ideia sobre a região Nordeste do País de acreditar em vislumbres negativos por se tratar de uma parte do território onde boa parte de sua extensão de terra não é muito agraciada por chuvas ou mesmo recursos naturais que a torne, a o olho nu, uma paisagem agradável, ou seja, possui áreas secas, pouco produtivas, que não tem nada a oferecer além da exploração do turismo litorâneo. Mas essa é uma visão empírica, pois, conforme a pesquisa apresentada pelo IBGE em 2016, a representatividade econômica nordestina vem em uma constante crescente, alavancando o PIB brasileiro em 258.649 bilhões (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016).

O estudo aplicado neste trabalho está direcionado a demonstrar o contributo do estado da Bahia para o que se tem hoje como agronegócio. Os dados levantados na pesquisa do IBGE no ano de 2016 compõem um *ranking* com os dez estados com maior participação no PIB, e a Bahia ocupa o sexto lugar do fluxo de novos bens e serviços finais produzidos durante o ano (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016). A Figura 01 traz os dados de PIB dos dez primeiros estados no *ranking* nacional conforme dados de 2016.

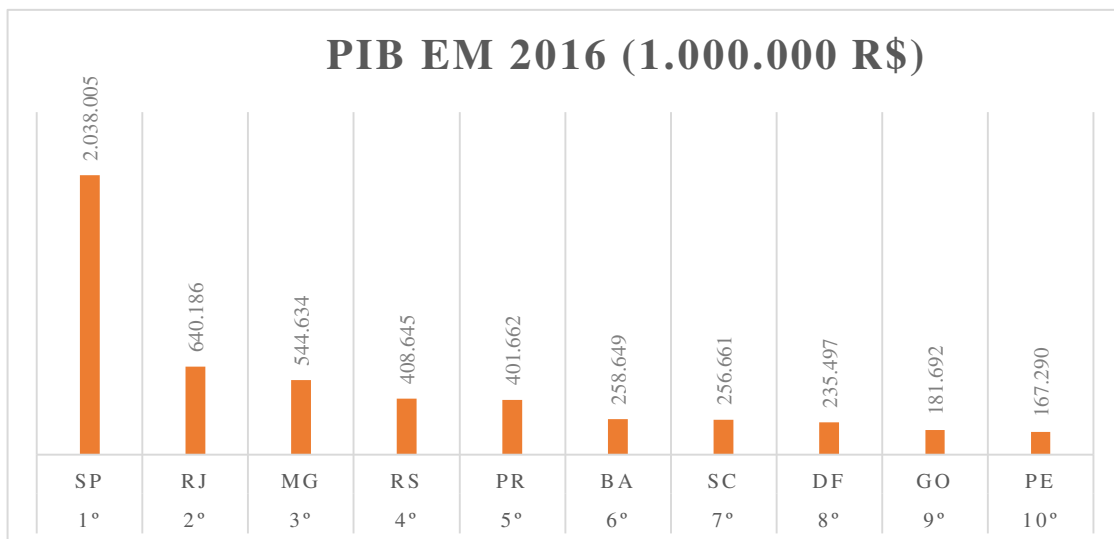


Figura 01 – Gráfico demonstrativo dos dez primeiros estados no *ranking* do PIB em 2016

Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

Devido à sua importância na formação do PIB nacional, como sexto estado no *ranking*, e como forma de melhor evidenciar os resultados e seus significados para o Brasil, a Figura 02 apresenta o cenário do PIB anual do País, demonstrando a participação do estado da Bahia em relação aos dados regionais e nacionais. O intervalo da amostra é entre o ano de 2011 e o ano de 2016, de acordo com o último levantamento feito pelo Departamento de

Pesquisas e Estudos Econômicos (DEPEC), apresentado em julho de 2019, com destaque na região Nordeste e o estado da Bahia, que demonstra uma análise do cenário econômico da região.

Fazendo uma leitura mais elaborada da Figura 02, no ano de 2011 a média do PIB da região Nordeste ficou superior à do País, com a Bahia tendo 51,22% de participação no PIB da região Nordeste, um número expressivo pela densidade demográfica de todo território nordestino. O IBGE atribui o aumento à atividade agropecuária, com a produção de diferentes culturas e uma diminuição da área plantada, com retorno mais favorável e ganhos de produtividade, reflexo do uso de tecnologias e empreendimentos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016).

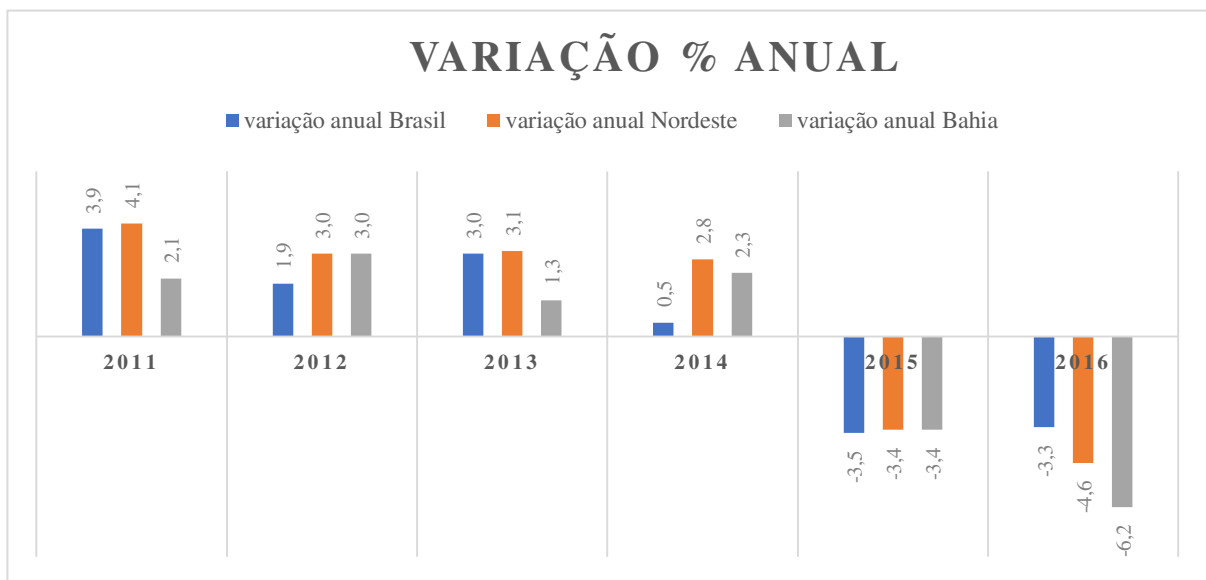


Figura 02 – Gráfico representativo da variação anual do PIB em 2016

Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

No ano de 2012 a variação entre o estado da Bahia e a região Nordeste se manteve a mesma, ou seja, 3%, dando uma resposta positiva em relação ao crescimento e a representatividade do Brasil, que teve, na média nacional, uma inferioridade em relação à estadual e regional, com 1,1%.

No ano de 2013 o PIB subiu pela influência do desempenho da agropecuária, que expandiu em 7% – a maior desde 1996. Na agricultura o salto partiu da produção de soja (24,3%), de cana de açúcar (10%) e de milho (13%). Só na Bahia o crescimento ultrapassou 4%, números estes divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos Sociais da Bahia (SEI) (BAHIA, [2016]). Na Figura 02 se observa que a região Nordeste e o estado da Bahia ficam equiparados em questão do aumento da variação para com o país.

O PIB de 2014 registrou R\$ 5,779 trilhões, com crescimento de apenas 0,5%, havendo queda em relação a 2013. Nesse período todos os setores tiveram queda, conseqüentemente, o Nordeste fechou o ano com a variação de 2,8%; em contrapartida, a Bahia teve um acréscimo de 1%, comparando com o mesmo período do ano anterior. Em termos de reais, a economia baiana registrou crescimento acumulado de 52,6%, continuando com uma economia em expansão (CRESCIMENTO..., 2016).

Para o ano de 2015 se nota uma queda brusca, fruto de vários fatores, como queda dos preços das *commodities*; a crise de água que resultou em problemas de abastecimento no primeiro trimestre do ano; os desinvestimentos da cadeia de petróleo, gás e construção civil; panorama diferente dos outros anos que demonstravam sempre crescimentos. Nesse período o Brasil fechou o ano com queda de -3,5%, (IBGE, 2017) já o Nordeste e o Brasil ficaram no mesmo patamar, com retração no período de -3,4% (BAHIA, [2016]).

Devido à relevância e coparticipação da Bahia no PIB, foi possível perceber que 2016 o PIB continuou com queda, ficando com -3,3%, resultado esse que decorreu do Valor Adicionado Bruto (VAB), que ficou com percentual de 2,9%. Houve recuo na agropecuária (-5,2%), na indústria (-4,6%) e nos serviços (-2,3%), chegando a um total de R\$ 6.266,9 bilhões.

Nos estados do Nordeste a queda em percentual superou a do Brasil, ficando com -4,6%. Esse desempenho do PIB pode ser por dois fatores: primeiro a instabilidade econômica e política do Brasil, que implicou em um processo do aumento desenfreado do desemprego e quedas nas rendas, assim, o consumo das famílias e a produção industrial ficaram em baixa. O segundo foi a forte seca que atingiu a Bahia (-6,2%), resultando em perdas nas atividades agropecuárias (BAHIA, [2016]). No levantamento oficial do IBGE, o PIB de 2017 fechou o ano com um crescimento de 1,3 % em nível nacional. Houve altas na agropecuária (14,2%) e nos serviços (0,8%); já a indústria fechou com baixa, ficando com -0,5%, totalizando 6,583 trilhões de reais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019b). Os números para a região Nordeste e o estado da Bahia não foram coletados por não se ter ainda um dado oficial por regiões.

A partir das projeções para 2018, o PIB do Nordeste encolheu 0,4% no ano passado, único desempenho negativo regional no período (MARTINS, 2018). A projeção era de crescimento de 1,1% em 2018. Houve alta na agropecuária (0,1%), na indústria (0,6%) e nos serviços (1,3%). O PIB totalizou R\$ 6,8 trilhões. Na agropecuária teve variação positiva de 0,1%, decorrente, principalmente, do desempenho da agricultura, com destaque para as culturas de café (29,4%), algodão (28,4%), trigo (25,1%) e soja (2,5%). Por outro lado, houve

quedas em lavouras como a do milho (-18,3%), laranja (-10,7%), arroz (-5,8%) e cana (-2,0%). Todas as atividades que formam os serviços tiveram uma apresentação positiva, as indústrias tiveram uma expansão 1,0% por conta da extração de minérios ferrosos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

A expectativa de crescimento para o ano de 2019 é de 0,92%, levantamento este que foi feito pelo Banco Central (BANCO CENTRAL, 2019). Em análise, percebe-se uma variação do crescimento do PIB, que projeta uma estabilidade.

Diante do que foi exposto, espera-se que este trabalho sirva para fundamentar as discussões sobre a importância do desenvolvimento do agronegócio para o estado da Bahia, bem como a garantia do avanço e a expansão do agronegócio para a economia do país, analisando o estado baiano como peça fundamental para a ampliação desta atividade econômica e mantendo sua participação efetiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar o trabalho de pesquisa comentou-se que, quando as caravelas de Cabral aportaram no estado da Bahia, em 1500, foi descoberto o Brasil que anteriormente era habitado por povos nativos, e que, com o passar dos anos, apresentou grande desenvolvimento – como o primeiro sistema de água encanada. Hoje o Estado baiano, apesar de sua baixa distribuição de água, destaca-se no agronegócio, com ênfase na produção de culturas como algodão herbáceo e soja, trazendo e questão informações e resposta a respeito do avançado crescimento econômico do Oeste baiano através do agronegócio.

O objetivo geral da pesquisa foi apresentar e explicar os principais eventos que influenciaram o estado da Bahia em seu desenvolvimento no que tange o agronegócio, especificamente no Oeste da Bahia, o que trouxe visibilidade para a região e favorecimento econômico, alavancando seus números nas produções agrícola e agropecuária. Este objetivo foi viabilizado a partir de dados coletados sobre o PIB regional, divulgados pelo IBGE, e de dados pesquisas anteriormente publicadas, constatando-se que diversos fatores contribuíram para o desenvolvimento econômico da região. Fatores como a captação e distribuição da água da chuva para o favorecimento dos produtores agrícolas, clima tropical e estudos do solo.

Em relação ao objetivo específico, que era adentrar no desenvolvimento do Oeste baiano no agronegócio, percorrendo o caminho para o alcance desse objetivo, expondo o grupo que e está inserido no âmbito da contribuição que esse crescimento representa para na

economia.

O aumento da produção agrícola no Nordeste foi de grande relevância para o Brasil, seu crescimento tem alavancado o PIB brasileiro, dado divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2016. O que demonstra que o estado da Bahia ocupa o sexto lugar no fluxo de novos bens e serviços finais produzidos durante o ano. Pode-se dizer, a partir disso, que o objetivo específico foi alcançado.

A pesquisa partiu da hipótese de que o Nordeste do Brasil, especificamente a Bahia, não seria produtivo, devido ao fato de a região passar por grandes períodos de estiagem, o que ocasionaria, na teoria, baixa produtividade para a maioria das culturas. Após a análise dos dados coletados, constatou-se que isso não corresponde à verdade, pois nessa região predomina o bioma cerrado, o que ao ser comparado ao bioma de outros estados, como Goiás, também demonstra grande produtividade, o que permitiu o processo expansionista no Oeste baiano. Com isso, pode-se dizer que a hipótese foi refutada.

Durante a construção do artigo demonstrou-se que para a execução e finalização da pesquisa houve busca em um grande número de materiais, descritos precisamente na metodologia, tais como, artigos, livros, revistas e sites. Este último em busca de dados que abrangem desde o clima nordestino e baiano até os números do PIB, por anos consecutivos, em busca de viabilizar analiticamente respostas para as questões e soluções para os problemas encontrados no decorrer do artigo.

Tratando das limitações no decorrer da composição deste artigo, a maior delas foi a geográfica, pois o tema proposto trata de acontecimentos dados em outro estado do País, outra região, ou seja, a pesquisa foi realizada por acadêmicas no estado de Goiás sobre uma temática inerente ao Estado baiano.

Recomenda-se que em estudos posteriores, relativos à temática, seja feita uma pesquisa com moradores das cidades citadas na região do Oeste baiano, colocando questões como: o que a evolução do agronegócio baiano trouxe em benefício para suas respectivas cidades e para suas famílias. A recomendação tem em vista que estudos feitos *in loco* podem agregar novos fatos à pesquisa, ou até mesmo resultados com uma maior abrangência, pois os impactos do crescimento do agronegócio regional podem ser mais bem sentidos por pessoas que convivem e sentem diariamente o desenvolvimento econômico do Nordeste, em particular do Oeste baiano.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Massilon J. Fundamentos de agronegócios. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- BAHIA. Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura. Missão. Salvador: SEI, c2019. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/content/miss%C3%A3o-0>. Acesso em: 11 nov. 2019.
- BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. SEI divulga resultado do PIB do quarto trimestre de 2016 para a Bahia. Salvador: SEI, [2016]. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2437:sei-divulga-resultado-do-pib-do-quarto-trimestre-de-2016-para-a-bahia&catid=9&Itemid=555. Acesso em: 16 nov. 2019.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Focus – Relatório de Mercado – 2019. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>
- BATALHA, Mário Otávio. Gestão do agronegócio: textos selecionados. São Carlos: Edufscar, 2005.
- BUAINAIN, Antônio Márcio et al. Mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. Disponível em: https://www3.eco.unicamp.br/nea/images/arquivos/O_MUNDO_RURAL_2014.pdf. Acesso em: 16 nov. 2019.
- BRASIL. **Decreto Lei n. 11.638 de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm. Acesso em: 10 nov. 2019.
- BRASIL. **Decreto Lei n. 6.404 de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre a sociedade por ações. Brasília: Presidência da República, 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm. Acesso em: 10 nov. 2019.
- CARVALHO, Cosme Wilson Ferreira de. Desenvolvimento sócio econômico e cidadania na Região Oeste da Bahia. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 6., 2012, São Cristóvão-SE. **Anais eletrônicos** [...]. São Cristóvão-SE: Educon Sergipe, 2012. Disponível em: http://educonse.com.br/2012/eixo_19/PDF/16.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1): Estoques**. Brasília, DF: CPC, 2009a. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=47>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 27: Ativo imobilizado**. Brasília, DF: CPC, 2013. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/316_CPC_27_rev%2013.pdf. Acesso em: 10 nov.

2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 29:** Ativo biológico e produto agrícola. Brasília, DF: CPC, 2009b. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=60>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 29 (R2):** Ativo biológico e produto agrícola. Brasília, DF: CFC, 2015. Disponível em: [http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTG29\(R2\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTG29(R2)). Acesso em: 10 nov. 2019.

CRESCIMENTO do PIB do Nordeste superou a expansão da economia nacional de 2010 a 2014. **Diário Econômico**, Fortaleza, v. 1, n. 89, 8 dez. 2016. Análise e perspectivas. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/1118333/89_08_12_2016.pdf/ab1eb533-84ae-f48d-f0e4-82ef8ba9162c. Acesso em: 19 set. 2019.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA E AGROPECUÁRIA. **Matopiba**. Brasília: Embrapa, [2015]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema>. Acesso em: 19 set. 2019.

GANDRA, Alana. IBGE: São Desidério (BA) é o maior município agrícola do país em 2018. **Agência Brasil EBC**, Rio de Janeiro, 5 set. 2019. Economia. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-09/ibge-sao-desiderio-ba-e-o-maior-municipio-agricola-do-pais-em-2018>. Acesso em: 19 set. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas do estudo social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, [2010]. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa agrícola municipal 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?edicao=16787&t=sobre>. Acesso em: 15 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados: Bahia**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba.html>. Acesso em: 02 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PIB cresce 1,1% em 2018 e fecha ano em R\$ 6,8 trilhões. Agência IBGE Notícias, Rio de Janeiro, 28 fev. 2019b. Estatísticas Econômicas. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23886-pib-cresce-1-1-em-2018-e-fecha-ano-em-r-6-8-trilhoes>. Acesso em: 18 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PIB cai 3,5 % em 2015 e registra R\$6 trilhões. Agência IBGE Notícias, Rio de Janeiro, 09 nov. 2017b. Estatísticas Econômicas. Disponível em: [https:// https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/17902-pib-cai-3-5-em-2015-e-registra-r-6-trilhoes](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/17902-pib-cai-3-5-em-2015-e-registra-r-6-trilhoes). Acesso em: 18 nov. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MALHEIROS, Márcia Rita Trindade Leite. O processo de pesquisa na graduação. *In: Prof. Willian*. [S. l.], 2010. Disponível em: http://www.profwillian.com/_diversos/download/prof/marciarita/pesquisa_na_graduacao.pdf. Acesso em: 17 nov. 2019.

MARTINS, Arícia. Para consultoria PIB do Nordeste recuou em 2017. **Valor Econômico**, São Paulo, 3 ago. 2018. Brasil. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2018/03/08/para-consultoria-pib-do-Nordeste-recuou-em-2017.ghtml>.

PADILHA JÚNIOR, João Batista; MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Universidades, 2007.

PEDRÃO, Fernando. As transformações rurais do capital no Brasil. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 13, n. 4, p. 819-831, mar. 2004. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/ph18/download/p024238.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BAHIA, **Soja Plus Bahia**, Sobre a região Oeste da Bahia. Barreiras, [2014]. Disponível em: <http://sojaplusbahia.com.br/sobre-a-regiao>. Acesso em: 19 set. 2019.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 11. ed. rev. ampl. São Paulo: Unesp, 2009.